


## **9. AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE NADADORES SALVADORES PARA PISCINAS E PRAIAS FLUVIAIS DO CONCELHO DE BRAGA:**

Submete-se à consideração do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de aquisição de serviços de nadadores salvadores para piscinas e praias fluviais do Concelho de Braga, proposta que se anexa.

A ... do Excmo  
19.09.26  


## PROPOSTA

Aprovar e submeter a autorização prévia da Assembleia Municipal, a assunção de compromissos plurianuais, no âmbito do concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia “Aquisição de Serviços de Nadadores Salvadores para Piscinas e Praias Fluviais do Concelho de Braga”.

### Considerando que :

1. É competência da Câmara Municipal de Braga (...) apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e da prevenção das doenças”, no termos do disposto na alínea u) do nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013 de 12 de Setembro;
2. É da competência da Câmara Municipal de Braga gerir instalações e equipamentos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal, nos termos do disposto na alínea ee) do nº 1 do mesmo artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
3. As piscinas municipais de Maximinos, da Rodovia, de Tebosa, da Ponte e das parretas constituem equipamentos municipais cujo funcionamento é absolutamente imprescindível, assim como as praias fluviais de Adaúfe, Merelim S.Paio e Ponte do Bico (Palmeira).
4. Segundo a Divisão de Serviços Jurídicos e de Contencioso, por exigência legal plasmada no Regulamento da Atividade de Nadador-Salvador, aprovado pela lei nº68/2014 de 29 de Agosto, na redação dada pela Lei nº61/2017 de 1 de Agosto, passou a ser obrigatório dispor dos serviços de pelo menos dois nadadores salvadores em todas as piscinas de uso público (artigo 38º do referido diploma legal);
5. Em devido tempo solicitou o Departamento de Planeamento e Controle de Gestão informação de natureza jurídica relativamente à celebração de contratos de aquisição de serviços para a prestação destes serviços, já que parecendo configurar satisfação de necessidades permanentes de serviços, se lhe afigurava que deveriam ser satisfeitas por via das normas da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (Lei nº35/2014 de 30 de Junho, ao tempo) e da Portaria nº83-A/2009 de 22 de Janeiro.
6. Em resposta, informou aquela Divisão de Serviços Jurídicos que os nadadores-salvadores tanto poderiam ser contratados por recurso ao contrato de prestação de serviços como por recurso ao contrato de trabalho;
7. Tal parecer e conclusão mereceram a concordância do Sr.Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva, Dr.Miguel Guimarães em 20 de Outubro de 2017;

8. Tendo cessado o contrato de aquisição de serviços celebrado entre o município de Braga e a empresa Centelha D'Aventura,Lda., torna-se necessário proceder à celebração de novo contrato de prestação de serviços.
9. A despesa estimada referente ao mencionado procedimento é no montante global de 435.000,00 Euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, repartidos por um período de 36 meses, conforme se apresenta no quadro seguinte :

| Encargos                         | 2020<br>(12 meses)        | 2021<br>(12 meses)        | 2022<br>(12 meses)        | TOTAL<br>(36 meses)       |
|----------------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|
| Prestação de Serviços<br>(S/IVA) | 145.002,32 <sup>1</sup> € | 145.002,32 <sup>1</sup> € | 144.995,36 <sup>1</sup> € | 435.000,00 <sup>1</sup> € |

10. Estando perante uma situação de assunção de compromissos plurianuais, i.é., que gerará despesa em mais de um ano económico que não apenas o da sua realização, já que o prazo contratual se estende por um período de 36 meses, e não estando a mesma despesa inscrita em qualquer plano ou programa plurianual, para que a abertura de procedimento, neste caso de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia seja possível torna-se necessário obter a autorização prévia para abertura de procedimento e para assunção de compromissos plurianuais, pela Assembleia Municipal (alínea c) do nº1 do artigo 6º da lei nº8/2012 de 21 de Fevereiro) e nº1 do artigo 22º do D.L 197/99 de 08 de Junho);
11. Por outro lado, a presente repartição de encargos não está abrangida pela autorização genérica para assunção de tais compromissos aprovada pela Assembleia Municipal e constante do artigo 23º -Assunção de Compromissos Plurianuais das denominadas Normas de Execução Orçamental ;
12. Deste modo, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Braga delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Braga , nos termos do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013 de 12 de Setembro e para os efeitos do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei nº8/2012 de 21 de Fevereiro, na sua redação atual, conjugada com o nº1 do artigo 22º do D.L. 197/99 de 9 de Junho, a abertura do procedimento em causa, bem como a assunção de compromissos plurianuais, incluindo a autorização da sua flexibilização entre anos , no valor total de 435.000,00 €, a que acrescerá o IVA à taxa legal em vigor, no âmbito do concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia denominado

<sup>1</sup> Acresce IVA à taxa legal em vigor

13. “Aquisição de Serviços de Nadadores Salvadores”, para prestação de serviço nos equipamentos sob gestão municipal referenciados no ponto 3. da presente proposta, nos termos seguintes :

2020 : 145.002,32<sup>1</sup> €

2021 : 145.002,32<sup>1</sup> €

2022 : 145.002,32<sup>1</sup> €

O que totaliza o montante de 435.000,00 <sup>2</sup> €.

14. Relativamente ao ano económico de 2020, a despesa, no valor de 145.002,32 €, a que acrescerá o IVA à taxa legal em vigor, será considerada na Orgânica 04, classificação económica 02.02.20, Ação do Plano 2016/13/16/2;
15. Relativamente ao ano económico de 2021, a despesa, no valor de 145.002,32 €, a que acrescerá o IVA à taxa legal em vigor, será considerada na Orgânica 04, classificação económica 02.02.20, Ação do Plano 2016/13/16/2;
16. Relativamente ao ano económico de 2022, a despesa, no valor de 145.002,32 €, a que acrescerá o IVA à taxa legal em vigor, será considerada na Orgânica 04, classificação económica 02.02.20, Ação do Plano 2016/13/16/2;

Braga, 25 de Setembro de 2019

O Presidente do Município,

-----

(Ricardo Rio)

---

<sup>2</sup> A que acresce o IVA à taxa legal em vigor